



Fotografia: Fenanda Verdi

Entrevista com Véra Neusa Lopes

Entrevista e revisão de texto: José Antônio dos Santos | Fotografias: Claudia Bueno e Fenanda Verdi

Revista da Extensão: A senhora poderia nos falar sobre a sua trajetória?

Professora Véra Neusa: Sou filha de Fanny da Silva Lopes e de João Eurípedes Lopes que me asseguraram condições para tornar-me professora. Minha vida escolar começa no Instituto de Educação General Flores da Cunha, onde cursei o Jardim de Infância, o Primário, a Formação de Professores e a Especialização em Supervisão Escolar. Depois, passei pelo Colégio Bom Conselho, onde concluí o Ginásio. Meus estudos acadêmicos estão relacionados à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde cursei Ciências Sociais – bacharelado e licenciatura. E cheguei à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde cursei Especialização em Planejamento na Área da Educação. A vida profissional, propriamente dita, então, começa aos 19 anos, quando fiz concurso público e fui nomeada para a Escola Isolada da Vila São Tomé, em Viamão, onde assumi como Professora e Regente (assim era chamada a professora que exercia a direção). Lá tem início minha caminhada como professora primária, como profissional da educação. Depois, fui professora e diretora em duas escolas de Porto Alegre: Dona Luiza Freitas Valle Aranha, em Belém Velho, e Dr. João Batista de Lacerda, na Vila Ipiranga. Tive também a oportunidade de lecionar Didática, no Colégio Sévigné e na Escola Nossa Senhora da Glória. Fui professora na Escola Experimental Dom Diogo de Souza, na capital, e professora e Vice-Diretora no Colégio Santo Inácio. Com os colegas, com meus

alunos e com os funcionários tive a oportunidade de entender o que é a dinâmica de uma escola e a importância que têm todas as pessoas para o sucesso do trabalho escolar e a promoção da educação de crianças e adolescentes. Assim fui construindo minha estrada como professora. Nunca pensei em ter outra profissão. Outras funções e cargo que exerci ao longo do tempo, foram decorrência de ser professora: Supervisora Escolar, Técnico em Educação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e da Supervisão Técnica da Secretaria de Educação do Estado. Sempre ocupei meu tempo com questões voltadas à educação durante todos os anos até me aposentar. E ainda continuo envolvida com educação, que considero primordial.

RE: A senhora é conhecida como uma pessoa dinâmica, também deve ter se dedicado a outras atividades?

Prof^a Véra: Minhas outras atividades sempre estiveram ligadas à educação. Paralelamente às funções de Professora e Técnico em Educação no sistema estadual de ensino, desenvolvi alguns trabalhos que hoje seriam considerados voluntários, pois foram não remunerados. Durante aproximadamente 25 anos fiz parte dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) da Região Sul 3, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pastoral da Igreja Católica que busca a valorização da população negra. Nos APNs, fiz parte do Coletivo de Educadores Negros que, especificamente, se preocupava e continua se preocupando

com a formação continuada de professores para o enfrentamento às questões étnico-raciais que atingem crianças e jovens negros. É bom destacar que até 2003 a temática negra não fazia parte do currículo obrigatório das escolas brasileiras. Era preciso convencer professores para sua responsabilidade no trato de questões de racismo e discriminação que existiam e ainda existem no âmbito das escolas. No Coletivo, havia a oportunidade de se colocar as dificuldades existentes no cotidiano, de se discutir o currículo em desenvolvimento nas escolas e buscar alternativas que permitissem um olhar diferenciado sobre o ambiente escolar considerando a diversidade étnico-racial. Como a questão negra não fazia parte do currículo escolar, trabalhávamos com a adesão dos professores negros e não negros interessados nessa pauta. Os APNs, através do Coletivo de Educadores Negros, adquiriram know-how no trato das questões de educação voltadas para as comunidades afro-brasileiras.

RE: Os Agentes de Pastoral Negros foram pioneiros no trabalho de ensino de história e cultura afro-brasileira. Como eles atuavam?

Profª Véra: Naquela época [anos 1980/90], era um grande desafio trabalhar com essas temáticas, porque os referenciais eram escassos e havia poucas pessoas habilitadas para tratar a questão. Discutíamos baseados na realidade das comunidades escolares e utilizando os poucos estudos disponíveis. Era preciso buscar referências que nos dessem um norte para o trabalho que foi se organizando ao longo do tempo através do Coletivo de Educadores Negros. Nós fazíamos cursos, palestras, íamos para o interior para falar com outros professores e outros educadores, trocar e buscar experiências. Efetivamente, os Agentes de Pastoral Negros tornaram-se referência, numa época em que não havia apoio institucional nem legislação específica para incluir no currículo conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira. O Coletivo não tinha apenas professores católicos, estavam presentes também os de outras vertentes religiosas como

metodistas, espíritas, e os que pertenciam a religiões de matriz africana. Era uma proposta inovadora que transcendia às questões de religião. Todo o professor interessado, que estava se dando conta de que era preciso mudar alguma coisa na escola com relação ao atendimento das crianças, a forma como se trabalhava o currículo, era bem-vindo nos Agentes de Pastoral e no Coletivo de Educadores Negros. Ali se estudava e discutia questões de didática e educação negras. E se refletia sobre o papel da Igreja Católica quanto a essas questões. Então a ideia foi abrir a discussão também para padres, irmãs e freiras, representantes de religiões de matriz africana, pastores e outros. Isso também foi uma questão muito interessante – a diversidade religiosa. Foi uma oportunidade de praticar a tolerância religiosa, de se aprender a respeitar e dar voz e vez a outras religiões que não apenas a católica. Foi realmente uma oportunidade de crescimento profissional e contribuição cidadã.

RE: Voltando um pouco para a sua trajetória, o que a levou para atuar com as temáticas da população negra na educação?

Profª Véra: Até 1972, eu não tinha esse olhar sobre a realidade do negro na educação brasileira. Buscava trabalhar bem com o que o currículo oficial indicava. E só. O primeiro grande impacto ocorreu por ocasião dos preparativos do Biênio da Colonização [1972/73], quando representei a Secretaria da Educação na Subcomissão de Assuntos Culturais da Comissão Executiva de Homenagem ao Negro, momento que me pôs diante de um fato novo: enquanto educadores quase nada sabíamos sobre a história do negro no Brasil e os currículos eram absolutamente omissos, ou melhor, apresentavam o negro apenas como escravo. Estava diante de estudos e informações que me deixaram assustada. Eu acreditava que fazia um bom trabalho, eu achava que era uma boa professora, mas aí eu realmente comecei a me questionar – até que ponto “fazer direitinho”, de acordo com orientações emanadas do sistema (planejar, executar, avaliar) sem questionar,



Fotografia: Claudia Bueno

era ser uma boa profissional? Durante cinco anos continuei um trabalho solitário de buscar mais conhecimento. Até que cheguei aos APNs. Participar de um grupo que tem a mesma preocupação muda tudo. O Coletivo de Educadores Negros APNs, foi, na verdade, um espaço de formação de recursos humanos capacitados para intervir no currículo, inserindo a questão negra no cotidiano escolar.

RE: Na sua trajetória profissional e social os coletivos sempre aparecem. Como foi o seu trabalho junto ao conselho editorial da Revista do Professor?

Profª Véra: Participei da vida da Revista do Professor, que hoje não está mais no Rio Grande do Sul, desde sua criação, e durante 25 anos. Acredito que o convite se deu pelos seguintes motivos: eu já tinha experiência com produção de texto, sido articulista da Revista do Ensino e Coordenadora Estadual do Programa do Livro Técnico e Didático (COLTED/MEC). Novamente

integrei um coletivo em que as oportunidades de aprender com as pessoas foi muito intensa, positiva e enriquecedora. Aprendi muito com as parceiras do Conselho e com os articulistas de todo o Brasil.

RE: E as questões relativas ao ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena como eram tratadas na Revista?

Profª Véra: A Revista contou desde sua fundação e ao longo do tempo com a presença em sua estrutura organizacional e funcional de professoras negras conscientes de seu pertencimento étnico-racial, com assento tanto no Conselho Editorial quanto no Conselho Consultivo. A participação dos demais membros do conselho também foi fundamental para que a Revista fosse desenvolvendo um olhar acolhedor, cuidadoso e crítico-reflexivo, em relação às questões afro-brasileiras e suas implicações no currículo escolar e a temática ganhasse um espaço permanente na Revista. Num primeiro momento, que vai de 1986 a 1997, ocorre o despertar da



Fotografia: Claudia Bueno

Revista para a diversidade étnico-racial do povo brasileiro; de 1998 a 2000, a Revista teve nos Parâmetros Curriculares Nacionais as referências básicas para a seleção e a publicação de textos; e a partir de 2003, o comprometimento total com as leis 10.639/03 e 11.645/08. Até 2011 foram mais de 25 artigos publicados tratando das temáticas. Os valores agregados, frutos do reconhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira, expressaram-se para além dos textos produzidos por articulistas comprometidos com a inclusão de todos os brasileiros, também nas diferentes possibilidades de representação imagética de crianças, jovens e adultos negros em situações positivas, independentemente de a matéria tratar ou não da questão afro-brasileira.

RE: As suas experiências e trajetória de vida também colaboraram para o seu engajamento nessas questões?

Prof^a Véra: Sim, acredito que fomos agregando experiências que vão definindo o rumo da nossa vida. Eu moro na mesma casa desde os seis anos de idade, em uma área da cidade conhecida como Colônia Africana, hoje Bairro Rio Branco. Minha família é uma das poucas que permaneceu no mesmo local. Muitos se mudaram para a Vila do IAPI, outros para a Restinga e outros lugares. Talvez eu seja uma das moradoras mais antigas. Acredito que, além de pertencer a uma família negra; viver e crescer numa rua com significativa presença negra; ter estudado em uma escola particular em que a presença negra era mínima; tudo isso tenha contribuído para que pudesse desenvolver esse olhar crítico sobre a realidade da nossa sociedade e das nossas escolas, no que diz respeito à diversidade étnico-racial, cultural e de gêneros e ao tratamento dispensado à criança e aos adolescentes negros.

RE: É esse universo de convívio e experiência que, de uma forma ou outra, vai voltar em sua trajetória e lhe encaminhar para as questões do ensino. Mas, também tinham as experiências familiares, quais eram as profissões dos seus pais?

Prof^a Véra: Minha mãe, costureira por profissão, gostava do que fazia e gostava muito de ler. Meu pai, escriturário da Viação Férrea por profissão e músico por vocação, tocava sax tenor e um pouco de piano. Fazia transcrição de partituras musicais para outros instrumentos. Na época as partituras eram para piano. Algumas vezes, pelos idos de 1928/30, ele participava das “domingueiras” do Parque da Redenção, quando alguns músicos se reuniam para fazer música e alegrar o pessoal que passeava pelo Parque. Com meus pais aprendi a importância de se ter uma profissão. E com minha mãe o quanto é fundamental gostar daquilo que se faz. Ser feliz com a profissão escolhida. Eu tomei a decisão de ser professora aos 14 anos, quando estava terminando o ginásio. E nunca me arrependi da escolha feita. Se tivesse de começar de novo, com certeza, faria a mesma escolha, trilharia o mesmo caminho. E cuidaria para não cometer alguns equívocos.

RE: Como essas experiências profissionais de trabalhar em periferias contribuíram na sua formação e nas opções didáticas?

Prof^a Véra: Trabalhar com crianças em situação de risco, de famílias de baixo poder aquisitivo, com adolescentes e adultos operários, foi me dando a visão de que ser professora é mais do que ter um programa para cumprir. É preciso ouvir as pessoas e saber das suas dificuldades e procurar meios para ajudá-las. Eu tive duas situações que me marcaram bastante. Uma empregada doméstica e um motorneiro [motorista de bonde] me disseram: - “Professora, quando a senhora fala ‘pra todos’, nós não entendemos, a senhora tem que falar ‘pra nós’”. O motorneiro dizia: “Eu preciso terminar o ginásio porque eu preciso ser promovido”. A doméstica dizia que não queria ser mais empregada. Ambos tinham muitas dificuldades para aprender. Necessitavam de atendimento individualizado. Foram essas experiências que me deram o entendimento de que o professor tem de ter um tempo para conhecer os alunos e a partir daí decidir como desenvolver os programas de ensino. A formação acadêmica, muitas vezes,

nos induz à compreensão de que todos são iguais, pensam do mesmo jeito, são inteligentes, mas a vida e as experiências mostram outras realidades.

RE: E a sua participação em projetos de extensão na UFRGS, especialmente, aqueles que tratam da implementação das temáticas negra e indígena no espaço escolar, como se deu?

Profª Véra: Foi o fato de participar do Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs, e trabalhar, inicialmente, com as questões de didáticas do ensino da história e cultura do negro no Brasil, o que acabou me trazendo para representá-los na Universidade. Novamente me encontro num coletivo que deve pensar estratégias para implementar a Lei 10.639/03. Não devemos esquecer que esta Lei tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de Educação Básica. E em 2004, foi estruturado o primeiro curso para formação de professores sobre essas temáticas, a partir de convênio da UFRGS com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre, que resultou no Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão (DEDS/PROEXT/UFRGS). Permaneci como representante do Coletivo até 2008, e de lá até hoje como colaboradora. Pode-se dizer que o Programa consolidou um coletivo formado por professores da Universidade, técnicos do DEDS, representantes de Prefeituras Municipais e representantes da comunidade negra que estudam as questões de diversidade étnico-racial e suas implicações na educação, propondo alternativas de solução, promovendo oportunidades de formação continuada a educadores. Contribuo para a efetivação das pautas aprovadas, e, ao mesmo tempo, aprendo cada vez mais. Como representante do Coletivo, pude trazer para a academia a contribuição da comunidade negra no equacionamento das questões relacionadas a racismo, discriminação e preconceito, relativas ao pertencimento étnico-racial, cultural e de gênero.

“A extensão universitária vem permitindo o entendimento de que é possível usufruir do que a academia oferece, mesmo sem ser estudante universitário. Eu não sou acadêmica, mas posso aproveitar o que a Universidade oferece e posso prestar um serviço a ela a partir de minhas contribuições, frutos das experiências vividas nos diferentes ambientes sociais e escolares”.

RE: Por favor, nos fale um pouco mais sobre a sua atuação no Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS?

Profª Véra: O êxito do primeiro curso, a repercussão nas escolas, o entusiasmo dos participantes, levaram ao estudo de viabilidade para mais dois, agora na modalidade semi-presencial. Um curso que tratou dos procedimentos metodológicos aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira, e o outro que desenvolveu os temas das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Em todos os momentos pude participar da concepção dos cursos, da coordenação pedagógica dos mesmos e da docência, também trabalhamos na avaliação e desenvolvimento das temáticas.

RE: Da perspectiva de uma extensionista que representa a sociedade dentro da Universidade, como a senhora vê a sua atuação no Programa?

Profª Véra: O Programa vem em um processo de evolução. Nesse sentido, pensamos cada vez mais numa dimensão para além da sala de aula; voltada para a comunidade escolar que deve ter outro entendimento sobre o racismo, a discriminação e o preconceito, que precisa aprender a conviver com a diversidade. De minha parte, acredito que seja uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que eu possa ter contribuído com o Programa,



Fotografia: Claudia Bueno

eu tive a oportunidade de aprender um pouco mais. O Programa de Educação Antirracista é o resultado de um trabalho coletivo, voltado para a comunidade e que, ao mesmo tempo, ajuda no crescimento pessoal e profissional de quem participa dele. Cumprindo o que se propôs, vem mostrando quanto a Extensão pode realizar em favor do público externo, que muitas vezes tem dificuldade de se aproximar do mundo acadêmico. Na realidade, a experiência vem mostrando que é possível chegar à Universidade e ter o acesso ao conhecimento produzido por ela, mesmo não sendo acadêmico. Esse é o mote da extensão universitária. Chega-se com receio, mas depois se vê que é possível compartilhar saberes. Por exemplo, já me perguntaram: - “O que tu fazes lá se tu não és uma acadêmica?” Como se a universidade fosse um campo privativo dos acadêmicos. Meu propósito é contribuir, colaborar, prestar serviços à comunidade negra, via Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB/UFRGS) que fundamos recentemente.

RE: A experiência do Programa de Educação Antirracista é considerada exitosa, mas como podemos ampliá-la para outros espaços da Universidade?

Prof^a Véra: Eu penso que o Programa, como extensão universitária, vem permitindo o entendimento de que é possível usufruir do que a academia oferece, mesmo sem ser estudante universitário. Eu estudei na PUC-RS, fiz pós-graduação na UFRGS e pensava que eram importantes apenas os cursos de graduação e pós, nada mais. Viver a extensão da forma como o Programa de Educação Antirracista possibilita, muda essa visão. Eu não sou acadêmica, mas posso aproveitar o que a universidade oferece e posso prestar um serviço a ela a partir de minhas contribuições, frutos das experiências vividas nos diferentes ambientes sociais e escolares. Acredito que a extensão também tem a função de articular essas colaborações, de abrir as portas da Universidade para alguém que vem de fora e possibilitar o diálogo e a discussão sobre o que se vive fora dos portões universitários. A ideia é trazer esse conhecimento e colaborar com os trabalhos acadêmicos, sendo ouvido e visto, é um ganho pra todos. No processo de parcerias e trocas pode-se criar algo novo, mais próximo da realidade em que vivemos. Com a minha presença e a de outros não acadêmicos, temos dado uma contribuição, mesmo que modesta, que tem permitido que a universidade amplie a sua visão de mundo. Porque é bom ter um lugar onde se possa pensar, estudar, inventar. Mas, e depois quando se vai para fora? Pra que serve? Então essa possibilidade do estranhamento, da troca, ajuda a Universidade a entender as demandas da sociedade e seus interlocutores. É como eu me coloco. Ser de fora e trazer ideias, ser ouvida é muito importante. Só isso já vale a interlocução. Vejo o NEAB/UFRGS como o grande articulador entre Universidade e comunidade externa para o trato das questões relativas às temáticas negras e indígenas a serem colocadas à disposição dos sistemas escolares e da população em geral.



Fotografia: Fenanda Verdi

RE: A senhora deve ser das representações da sociedade e interlocutora em ações de extensão mais participativas que temos na Universidade. Como essa experiência lhe ajudou nos órgãos de representação que também ocupou em nível federal?

Profª Véra: A aproximação e interlocução não foram intencionais de minha parte. Foram acontecendo ao longo dos anos, principalmente, por força do Coletivo de Educadores Negros APNs que me indicou para participar das reuniões que aconteciam na UFRGS. Eu já estava no Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar, que depois agregou as questões acadêmicas, quando comecei a participar da CADARA, de 2006 a 2008, como representante dos educadores negros gaúchos. A CADARA é a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros e tem por objetivos elaborar, acompanhar, analisar e avaliar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei 10.639/03, visando à valorização e ao respeito à diversidade étnico-racial, bem como a promoção de igualdade étnico-racial no âmbito do Ministério da Educação. Na época, o Rio Grande do Sul era o único participante

cuja representação não era acadêmica, o que evidenciava a importância do Coletivo. Foi um período muito rico e que me permitiu contato com o resto do Brasil. Se ficarmos apenas aqui no Estado, discutindo entre nós, corremos o risco de ficar muito fechados na troca de conhecimentos; saber o que os outros pensam e fazem, poder trocar ideias, criar alternativas de solução, permite vislumbrar outras perspectivas. O aprendizado no Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico contribuiu para que eu pudesse colaborar efetivamente com a CADARA.

RE: No seu caso, é muito mais do que expor sua ideia, a senhora é uma colaboradora assídua, não só no plano das ideias, mas na efetividade.

Profª Véra: Isso é uma coisa interessante porque a minha preocupação foi sempre a seguinte: eu não quero escrever como uma historiadora, que eu não sou, nem como socióloga, por que embora tenha formação, não exerci a profissão. Então me preocupei em aproveitar o que aprendi no campo da pedagogia e da didática e trazer para o campo das questões afro-brasileiras. Boa parte de minha produção pedagógica visa a oferecer aos educadores

ferramentas pedagógicas para o trato das questões de história e cultura afro-brasileira. Se o professor não souber como trabalhar, com quais recursos pedagógicos e didáticos e não souber fundamentar suas escolhas, não vai conseguir a efetivação da Lei. Então, para mim é muito claro: - a lei não se cumpre por ela mesma, ela precisa ser aplicada pedagogicamente. Se eu penso em escola, eu penso em uma Lei que foi tratada pedagogicamente e foi transformada numa proposta de educação. É nesse sentido que eu posso ter dado alguma contribuição; ao discutir do ponto de vista pedagógico e didático todo aquele acervo que existe em relação à questão afro-brasileira.

RE: A senhora possui um acúmulo de conhecimento em relação a essas temáticas de história e cultura afro-brasileira e africana que a trouxe até a Universidade, mas como esse conhecimento se articula com o saber acadêmico?

Profª Véra: Com a minha pequena produção pedagógica, eu não pretendo entrar em sala de aula e dar cursos sobre História Afro-Brasileira ou Africana, mas trazer as possibilidades que existem para que o professor possa tomar esse conhecimento e trabalhar pedagogicamente na sala de aula. Sabemos que muitos professores têm dificuldade em decodificar os textos acadêmicos. A linguagem dos textos acadêmicos não é a mesma da linguagem de sala de aula. Existem teses e dissertações acadêmicas maravilhosas, só que o professor não sabe o que fazer com elas, por causa da linguagem complicada que só os iniciados entendem. Vejo o Programa, agora NEAB, como o espaço de transformação, onde essas e outras preocupações podem ser consideradas e buscadas alternativas de facilitação para o professor que está na escola poder acessar o saber acadêmico.

RE: Como a senhora entende que possa melhorar o diálogo da Universidade com a Sociedade em busca da resolução dos problemas sociais?

Profª Véra: Em 2004, eu estava na Universidade Federal de São Carlos, em um encontro nacional que a universidade promoveu para discutir a implementação da Lei 10639/03. Naquele encontro, se discutia a necessidade das faculdades de educação redefinirem os currículos de graduação para que entrasse a temática negra no conteúdo dos cursos, especialmente as licenciaturas e a pedagogia. Naquela época as universidades estavam com as novas propostas curriculares para os cursos de licenciatura. Na minha visão, poucas coisas aconteceram desde então, os cursos de formação básica universitária não caminharam muito nesse sentido. Fazemos, ainda, cursos de extensão, cursos de especialização por fora do currículo básico da formação universitária para dar conta do recado. Os professores saem habilitados, mas com muita dificuldade para tratar das questões afro-brasileiras e indígenas. Nas universidades ainda se trabalha muito pouco esses assuntos na formação básica, e a formação continuada precisa correr para suprir o que os currículos não oferecem. É óbvio que fica um desnível entre o que os professores precisam saber e o que efetivamente sabem quando terminam seus cursos de graduação. A formação continuada fica correndo atrás do tempo perdido. Penso que a forma como DEDS disponibiliza espaço e tempo para que alunos e comunidade externa exponham suas necessidades e anseios e discutam entre si e com pesquisadores e professores é uma forma de melhorar o diálogo da Universidade com a sociedade civil.

RE: De que forma mais atores sociais como a senhora poderiam ser inseridos em projetos de extensão e colaborarem com o universo acadêmico?

Profª Véra: Temos muito a colaborar na extensão e na formação inicial e continuada de estudantes e profissionais. Nas universidades é preciso haver departamentos preocupados com a maior inserção de pessoas experientes e de novas temáticas. Não tem como dar conta de

um universo muito amplo, como a educação escolar, se toda a sociedade não fizer parte desse processo. Os profissionais da educação saem das universidades sabendo muito pouco, e ficam em um eterno recomeçar quando voltam aos bancos universitários. Porque existe o conhecimento científico, mas muitas vezes, a gente não sabe o que fazer com ele. Então há uma preocupação em como nós estamos formando o nosso professorado.

RE: O que a senhora vislumbra sobre a criação de novas didáticas de ensino propostas por sua experiência na extensão?

Prof^a Véra: Eu acredito em mudanças. Todos mudamos ao longo da vida. Nesses últimos tempos, a educação mudou muito, e para melhor. Ainda temos problemas, mas, em termos de perspectiva, se tem mais claramente algumas referências. Hoje se fala em política curricular, que anos atrás era pensada só pela administração do sistema. Estamos melhores que há 20 anos, em matéria de políticas curriculares, com certeza. Precisamos melhorar ainda mais, sem dúvidas. Fala-se muito em educação cidadã, mas o que é ser cidadão? Qual é o compromisso da escola com a formação de um cidadão? Cidadão é aquele que pode intervir na realidade, que pode discutir. E aí eu me preocupo com o que se pratica na escola. Se a cidadania é a capacidade de intervenção que o sujeito deve ter em relação à realidade, até que ponto nós preparamos nossos alunos para serem pessoas que possam intervir na realidade? Todos nossos alunos. Daí eu volto à questão pedagógica e didática. Nós estamos oferecendo condições efetivas aos alunos de que discutam, analisem, dialoguem, contraponham ideias, respeitando a posição dos outros? Fazer quebradeira, isto é manifestação de cidadania? Até que ponto isto tem a ver com a formação de alunos negros, brancos indígenas, orientais? Em nossas escolas estão se qualificando para o exercício da cidadania? Ele está aprendendo a pensar na escola, está aprendendo a dialogar, que também é ouvir, a respeitar a voz

e a vez do outro, a decisão da maioria? E isso passa pela educação de relações étnico-raciais, pelo o conhecimento e pela prática das relações sociais no âmbito escolar.

RE: Finalmente, quais são as suas expectativas com relação à educação, principalmente, no campo das relações étnico-raciais no ambiente escolar?

Prof^a Véra: As novas pedagogias e didáticas devem possibilitar-nos discutir com as outras pessoas novas abordagens, a criar novos recursos e ferramentas para promover uma educação para a cidadania. Se um trabalho sobre história africana, dos afro-brasileiros ou da cultura indígena não condiz e não conduz à melhoria das relações humanas, o espírito da Lei está prejudicado. Eu só entendo que se está cumprindo as Leis [10.639 e 11.645] quando os estudos de cultura e história afro-brasileira, indígena e africana forem insumos para a melhoria da educação das relações humanas. Se eu faço esse estudo e meus alunos continuam com problemas de relacionamento, como o *bullying* e outras manifestações, dentro e fora da escola, eu questiono até que ponto esses estudos, projetos e eventos foram válidos. A educação das relações étnico-raciais não foi colocada por acaso nas Diretrizes Curriculares. Deveria ser o caminho natural do ensino da história e da cultura “como condição para”. A proposta do Programa de Educação Antirracista, hoje NEAB, em disponibilizar estudos e propor experimentos com novas metodologias e procedimentos. O esforço em revisitar procedimentos, técnicas, ferramentas, em criar novos materiais e metodologias tem o escopo de fazer das escolas um ambiente onde se possa viver a diversidade do ponto de vista étnico-racial, cultural e de gênero, entre outras tantas diversidades. Sinto-me gratificada em estar participando deste momento do NEAB/UFRGS, preocupado em dialogar com a comunidade, produzir conhecimento científico e pedagógico em parceria com a sociedade civil, e colocar à disposição da comunidade escolar os resultados de sua produção. ◀